



ISRAEL E O PROBLEMA DA COEXISTÊNCIA

Therezinha de Castro

*"Porém não nos é permitido descansar em nenhum lugar."
(Canção do destino, de Hölderlin)*

Após a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio tornou-se, sem dúvida, a região mais explosiva da Terra. Therezinha de Castro interpreta suas causas, a partir da formação do moderno Estado de Israel e dos problemas de coexistência com os demais países da área que ela criou. É uma aproximação com boa dose de realismo, bem fundamentada historicamente, ainda que passível de debate, que traz à baila toda a complexidade de uma conjuntura cujo desfecho se afigura de difícil previsão.

INTRODUÇÃO

A instabilidade política de Israel nada mais é do que um dos aspectos das crises sucessivas por que atravessa o Oriente Médio. Impondo-se a agravante do problema apartheidista — com os árabes, de um lado, alegando sua maioria étnica e predomínio absoluto na região desde o início da Idade Média; de outro lado, os judeus

considerando a Palestina a Terra Prometida, herdada de seus antepassados lá instalados sob o comando de Abraão.

Na realidade, os árabes se recusam a aceitar a existência política de Israel, encarando este Estado como *um enclave do Ocidente em país do Oriente*. Assim, considerar Israel num contexto exclusivamente árabe será ignorar o impacto mais amplo que esse país vem tendo

também no cenário afro-asiático. Desse contexto geopolítico se deu conta Ben¹ Gurion, primeiro chefe de governo de Israel a afirmar que o novo país que surgia "só geograficamente está no Oriente Médio, mas não é dele". Do ponto de vista geoestratégico, este posicionamento só se implantaria se fosse levado em conta que "sua sobrevivência e segurança exigiam colocar sua amizade para com os países europeus muito acima dos meros sentimentos que prevalecem entre o povo árabe".²

Essa autêntica infiltração do Ocidente no Oriente era justificada por Chaim Weizmann³ como um simples embate do "deserto versus civilização" e textualmente endossada pelo estadista sul-africano Jan Christian Smuts:⁴ "O Oriente Médio esteve adormecido durante séculos; vejo assim Israel emergir como força vital, liderando países

seus vizinhos pelas sendas do progresso." Ainda no século XIX, Theodor Herzl vislumbrava que se um Estado judeu viesse a ser formado, estaria destinado a "fazer parte de uma muralha de defesa da Europa na Ásia, bem mais apropriadamente, um posto avançado da Civilização contra o Barbarismo".⁵

O "quisto geopolítico" que Israel viria a formar no Oriente Médio é ilustrado por Abba Eban:⁶ "A idéia não deve ser a da integração. Inteiramente ao contrário - a integração é algo a ser evitado." Sendo um achquenazim,⁷ receava que "a predominância de judeus de origem oriental venha obrigar Israel a igualar seu nível cultural com o do mundo de seu vizinho... Muito longe de considerar nossos imigrantes de países orientais como uma ponte para a nossa integração com o mundo de língua árabe, nosso objetivo deve ser o de infundir nele o

¹ *Rebirth and Destiny of Israel*, pág.489.

² Citado por J.Artusky, *The Tragedy of Israeli Chauvinism* Berkeley, Califórnia, 1967, pág.191.

³ "The Position in Palestine" *Palestine Papers*, nº 2, Jewish Agency for Palestine, Londres, 1929-30, pág.24.

⁴ *South Africa Jewish Chronicle* (SAJC), 15 de setembro de 1950.

⁵ Citado por Arthur Hertzberg, *The Zionist Idea: A Historical Analysis and Reader* Westport, Connecticut: Greenwood, 1959, pág.222.

⁶ *Voice of Israel*, Horizon Press, N. York, 1957, pág.76.

⁷ Os judeus achquenazim, ou europeus propriamente ditos, formam um grupo distinto dos sefardim, oriundos da Espanha, Portugal e imediações do Mediterrâneo, considerados orientais pela grande influência que tiveram dos árabes quando da expansão do Islã.

espírito ocidental, antes de permitir-lhe arrastar-nos para um orientalismo não-natural" Concluindo, Abba Eban tecia comparações, declarando que, impondo-se como Estado, Israel deveria procurar no Oriente Médio um relacionamento similar ao que, na época, os Estados Unidos mantinham com o mundo latino-americano.

FORMAÇÃO DO ESTADO

A faixa de terra que representa a *Palestina histórica*, depois da dominação egípcia e assíria, foi ocupada pelos hebreus, que, após a morte de Salomão, dividiram-na em dois reinos politicamente independentes, embora permanecesse a unidade religiosa. Eram o Reino de Israel, destruído por Sargão II, rei dos assírios (721 a.C.), e o Reino de Judá, invadido por Nabucodonosor II, que levou os judeus cativos para Babilônia (586 a.C.).

Com a conquista de Babilônia pelos persas de Ciro II, os judeus puderam retornar à Palestina, aí permanecendo até a conquista da região pelos romanos, quando se deu a diáspora, ou seja, a dispersão do povo judaico. A seguir, estabeleceram-se sucessivamente na Palestina bizantinos, árabes e turcos.

O movimento pró-retorno dos judeus à Palestina, ou direito de *construir o Lar Nacional em Eretz Israel*, começou em 1876, com os franceses adeptos da religião judaica. Dois anos depois era criada na "Terra Prometida" uma escola de agricultura e instalada a primeira aldeia de colonização agrária para judeus. Por sua vez, *Israel Zangwill*, um dos primeiros filósofos sionistas, cunhava o *slogan* de que a Palestina era "uma terra sem povo", devendo por isso ser doada a "um povo sem terra".

Em 1882, a Palestina recebia colonos provenientes do Império russo, enquanto o *Barão Edmond de Rothschild* entregava grande parte de sua respeitável fortuna à PJCA (Palestine Jewish Colonization Association) para a compra de terras na região destinadas a judeus que desejassem retornar à pátria de seus ancestrais. Observe-se que nesses primórdios a penetração pacífica¹ foi se firmando oficialmente.

No início do século XX, o I Congresso Sionista procurou despertar a consciência nacional israelita para o lançamento das bases de uma posição comum no mundo, à semelhança dos diversos governos, enquanto a Inglaterra agia sem sucesso

¹Justificando-se essa ação, pois embora sustentada por países ocidentais, onde a colônia judaica era atuante, as primeiras instalações na Palestina, se realizadas por conquista, teriam acarretado uma guerra com outro poder regional — o Império Otomano.

junto à Turquia, célula nuclear do Império Otomano, para que franqueasse a Palestina à imigração judaica. Ante a intransigência turca, os ingleses ofereceram Ungada,¹ na África, aos judeus, que a recusaram, pois não desejavam simplesmente um lugar na Terra – o objetivo real era o retorno à pátria de origem.

É criado então o *Fundo Nacional Judeu* (1901), cuja finalidade era implantar, através da compra, o Estado israelita na Palestina. Por outro lado, malgrado a proibição turca, até 1914 haviam entrado na Palestina cerca de 60.000 judeus.

Vem a Primeira Guerra Mundial, e o Império Otomano coloca-se ao lado da Alemanha contra os aliados. Os judeus são expulsos da Palestina, mas retornam pouco depois como integrantes de uma divisão militar comandada pelo Marechal Allenby. A Inglaterra toma então posição definida com a famosa *Declaração Balfour*. Esta declaração consiste numa carta enviada pelo Ministro Arthur James Balfour, do Foreign Office, ao banqueiro judeu Lord Nathan Rothschild, que por ser muito citada e pouco divulgada vem transcrita abaixo, na íntegra:²

Foreign Office, 2 de novembro de 1917

Caro Lord Rothschild

Tenho muito prazer em transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações judias sionistas, que foi submetida ao Gabinete e por ele aprovada:

"O Governo de Sua Majestade encara com favor o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu e empregará seus maiores esforços para facilitar a consecução desse objetivo, ficando claramente entendido que nada será feito que prejudique os direitos religiosos e civis das comunidades não judias³ existentes na Palestina ou os direitos e estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país."

Ficar-lhe-ia muito grato se levasse essa declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Seu
Arthur James Balfour

Finda a guerra, o Conselho Supremo Aliado (abril de 1920)

¹Diante dessa recusa, é atribuída a Henry Kissinger, judeu de nacionalidade alemã e posteriormente cidadão estadunidense, a seguinte frase: "Ah, se a Bíblia tivesse sido escrita em Uganda! Tudo seria mais fácil para todos."

²In Leonard Stein, *The Balfour Declaration*, Londres, 1961.

³As comunidades "não-judias" formadas por muçulmanos e cristãos constituíam então 90% da população local.

encarregava a Inglaterra da administração da *Palestina*, que a Liga das Nações transformava pouco depois em *mandato*. Permite então os ingleses que seja criada uma *Agência Judia*, para velar pelos interesses dos imigrantes judeus na *Palestina*. Com o "regime de porta aberta" realizou-se a imigração em massa - russos que escaparam da Revolução Soviética; alemães e poloneses fugindo do advento do nazismo; romenos, tchecos, húngaros, austríacos etc. Forneceram menores contingentes os franceses, belgas, canadenses, estadunidenses e ingleses, pois, bem instalados nos países em que viviam, procuraram neles permanecer. Era a "terra sem povo" que começava a ser dada a "um povo sem terra", isto é, aos judeus europeus achquenazins, em especial. O quadro abaixo ilustra a corrida judaica para a *Palestina*:

Ano	Nº de imigrantes
1919-32	84.093
1933-39	218.099
1940-47	92.563

Do exposto observamos que, na região palestina, tanto por ocasião da dominação otomana, antes da Primeira Guerra Mundial, como no período de entre-guerras, das sucessivas vagas de colonização surgiria a *primeira geração nativa de judeus - os sabras*.

Por sua vez, é fato que a *população árabe da Palestina* recebia esse influxo judaico como uma ameaça, tendo procurado resistir de diversas maneiras, inclusive com uma rebelião contra ingleses e sionistas em 1936-39. Por certo, em face dessa resistência, em 1947, quando os ingleses levaram à ONU a questão palestina, as possessões judias não excediam 7% de todo o território.

Em 1947, a despeito das restrições impostas pelos ingleses e do estabelecimento de controles oficiais, os judeus continuaram a penetrar clandestinamente no território palestino. O exército secreto "Hagana", constituído pelos israelitas, se prepara para se lançar no plano de partilha das terras por eles ocupadas. Em 1948, a população judia alcançava um número aproximado de 700.000 pessoas, correspondendo a um terço da população total da região. Já eram então inevitáveis os *choques entre árabes e judeus, levando a ONU a elaborar um projeto de partilha cuja Resolução seria adotada a 29 de novembro de 1947*. No entanto, não terminariam aí os conflitos, pois a aquisição global judaica de terras palestinas só se completaria depois da guerra de 1947-48.

Do exposto conclui-se que os excessos cometidos de ambos os lados na guerra que se seguiu à partilha, que terminou com o cessar-fogo decretado em 1948 pela ONU, e complemen-

tado pela Guerra dos Seis Dias (1967), foram causas do *êxodo dos palestinos*. Donde ser válida a afirmação de que, por mais justos e morais que sejam os fundamentos históricos em que se estriba o Estado de Israel para existir, uma realidade se mantém bem clara – seu aparecimento só foi possível às expensas do povo palestino, marginalizado e transformado em juguete.

A 15 de agosto de 1949, a Inglaterra renunciava a seus direitos como potência mandatária na Palestina; era proclamado o Estado Livre de Israel num território não de 56% da Palestina, como lhe dera a Resolução da ONU, e sim de 77%.

ESTADO DE ISRAEL

Depois do armistício de 1949 firmado com países vizinhos, o espaço territorial do novo Estado de Israel passava a se estender por 20.700km²,¹ pouco menor que o nosso Estado de Sergipe (22.027km²). A *situação geográfica de Israel* seria então definida por Emil Lengyel,² em face de *complexo arco-bouço geopolítico*, do seguinte modo: "O Oriente Médio é a en-

cruzilhada do Velho Mundo, o elo entre Europa, Ásia e África, entroncamento global dos caminhos aéreos e marítimos, o Dardanelos e Suez. Dentro do Oriente Médio, o Estado de Israel é claramente o *heartland* da encruzilhada."

Dentro do contexto geopolítico, Israel surgia como um *pequeno país encurralado e isolado em meio a uma multidão de inimigos*. Inimigos instalados nos países árabes, não aceitando o Estado judeu como realidade política, objetando que sua existência vem de encontro aos desejos da maioria dos habitantes da Palestina e que, por isso, é ilegal. Este é, pois, motivo para os repetidos ataques de fronteira que vêm caracterizando o relacionamento árabe-israelense dentro do contexto da "política da má vizinhança".

Os árabes passariam a considerar o novo organismo estatal como *um Estado dentro de outro Estado*, tal como Adolf Hitler:³ "O Estado judaico nunca teve fronteiras, nunca teve limites no espaço, mas era unido pela raça." Em contrapartida, o mesmo autor, justificando a implantação de uma Alemanha unida e forte, com fronteiras reais e não fictícias, projetava,

¹Oficialmente, a área atual do Estado de Israel é de 21.946km², incluindo o território anexado de Jerusalém.

²*Israel: Problems of Nation-Building*. Headline Series, Foreign Policy Association, nº 89, pág.3.

³*Minha Luta*. Editora Moraes Ltda., S. Paulo, 1983, págs. 102-103.

sem que este fosse o seu objetivo, a própria formação do Estado de Israel: "O Estado não é uma assembléia de negociantes que durante uma geração se reúne dentro de seus limites para executar projetos econômicos, mas a organização da comunidade homogênea por natureza e sentimento, unida para a promoção e conservação de sua raça e para a realização do destino que lhe traçou a Providência." Conseqüentemente, para a manutenção do Lar Nacional no Eretz Israel que consolidaria a conservação da raça, impôs-se a *Lei do Retorno*, dando a "qualquer judeu (legalmente assim definido, de acordo com os estatutos religiosos) o direito de instalar-se em Israel e adquirir cidadania".¹

Em função, pois, dos acontecimentos históricos que marcaram a implantação do Estado, o problema da coexistência de Israel passou a se ater ao princípio de repelir ofensivas, como vêm determinando as circunstâncias estratégicas e políticas, mediante contra-ofensivas reativas, marcadas pelos fatos ocorridos em 1948 e 1973, ou por contra-ofensivas antecipatórias, como as de 1956 e 1967. E, nesse contexto, devemos ressaltar que as derrotas militares

custaram aos países árabes perdas de vidas, reveses políticos, abalos ao prestígio nacional, e até ameaças a regimes vigentes. No entanto, nunca foram e forçosamente jamais serão ameaça a esses países árabes, num contraste marcante com Israel, para o qual uma derrota militar significaria muito mais que a extinção física de sua população, mas, principalmente, a sobrevivência do próprio Estado. Sobrevivência como questão crucial, embasada na verdade histórica de que, em todas as guerras — 1948, 1956, 1967 e 1973 —, Israel se limitou a vencer batalhas, mas não conseguiu a segurança e a paz de espírito que quase sempre premiam os vitoriosos; em contraste com os árabes, que, embora vencidos, jamais perderam a sua causa.

Concluindo-se então que o problema da coexistência para Israel se complementa em *explorar ao máximo o seu potencial militar* para melhor se enquadrar dentro de dois objetivos vitais: impedir seus vizinhos de lhe moverem a guerra e se manter suficientemente forte para rechaçar os atacantes e derrotá-los. Dentro de tal premissa, a diretriz geopolítica de Israel se resume na manutenção do poder.

¹Samith Farsoun. "South Africa and Israel: A Special Relationship", apresentado à Conferência sobre Tendências e Políticas Sócio-Econômicas na África Meridional, sob a égide do Instituto Africano da ONU para Desenvolvimento e Planejamento, realizado entre 29 de novembro e 12 de dezembro de 1975, em Dar-es-Salaam-Tanzânia, pág. 23.

rio defensivo, sem o qual, logo que nasceu, teria deixado de existir como Estado.

PERIFERIA DE TENSÃO

Israel é o único ponto-chave que, na prática, une os Estados árabes, profundamente divididos por cisões e conflitos. É que nesse âmbito regional do Oriente Médio *as fronteiras, verdadeiras periferias de tensão*, não se apresentaram como resultado de uma unificação interior já consumada. Muito pelo contrário; desde 1919, os tratados de paz vêm determinando a mais profunda *subversão de fronteiras*, estimulando, sobre o assunto, vasta literatura polêmica. Por isso, é válida a afirmação de que, sob o ponto de vista geopolítico, não existem fronteiras no âmbito desse *punctum dolens*; existem, isso sim, zonas de mútuas interpretações das irradiações de núcleos geo-históricos. A tal ponto se impõe esse *status* geopolítico que implica o renascer da obsessão de Haushofer, pregando o "die echte Grenze", defendendo o princípio da fronteira justa e natural, correspondendo plenamente às exigências do Estado, daí se transformando no único meio capaz de determinar sua real segurança.

Ao nascer como Estado, as fronteiras de Israel, baseadas na *linha de armistício de 1949*, estavam fadadas a se transformar

numa periferia de tensão, não sendo, por isso, dentro do contexto geoestratégico, consideradas definitivas. Tidas simplesmente como "*defensáveis*" *provisoriamente*, induziram o Conselho de Segurança da ONU à Resolução 242, que destacava a necessidade de proporcionar a Israel fronteiras reconhecidas e seguras. Entretanto, na verdade, geopoliticamente nunca se instalaram na área fronteiras seguras ou reconhecidas (Fig. 1).

É fato que em 1949 Israel expandia seu território na Palestina dos 56% que lhe dera a Resolução da ONU para 77%, sendo também reconhecido que as "*linhas de cessar-fogo*" que determinavam as novas fronteiras de 1967 deixaram de proporcionar a Israel o mínimo essencial de *profundidade geoestratégica*, a despeito de haver anexado a Jerusalém árabe e a área circunvizinha. Mantinha-se, no entanto, a periferia de tensão, pois cerca de 5.000 palestinos se transferiam para a margem oriental do Jordão. A vulnerabilidade continuava a se prender ao fato de que toda a largura da planície litorânea ainda variava entre 16 e 24km, mantendo a descoberto os principais núcleos populacionais de Israel, inclusive Tel Aviv e seus subúrbios. Também num posicionamento eminentemente perigoso se encontra Jerusalém, levando Israel a não concordar com a formação de um Estado palestino independente na Cisjordânia (Fig. 1).

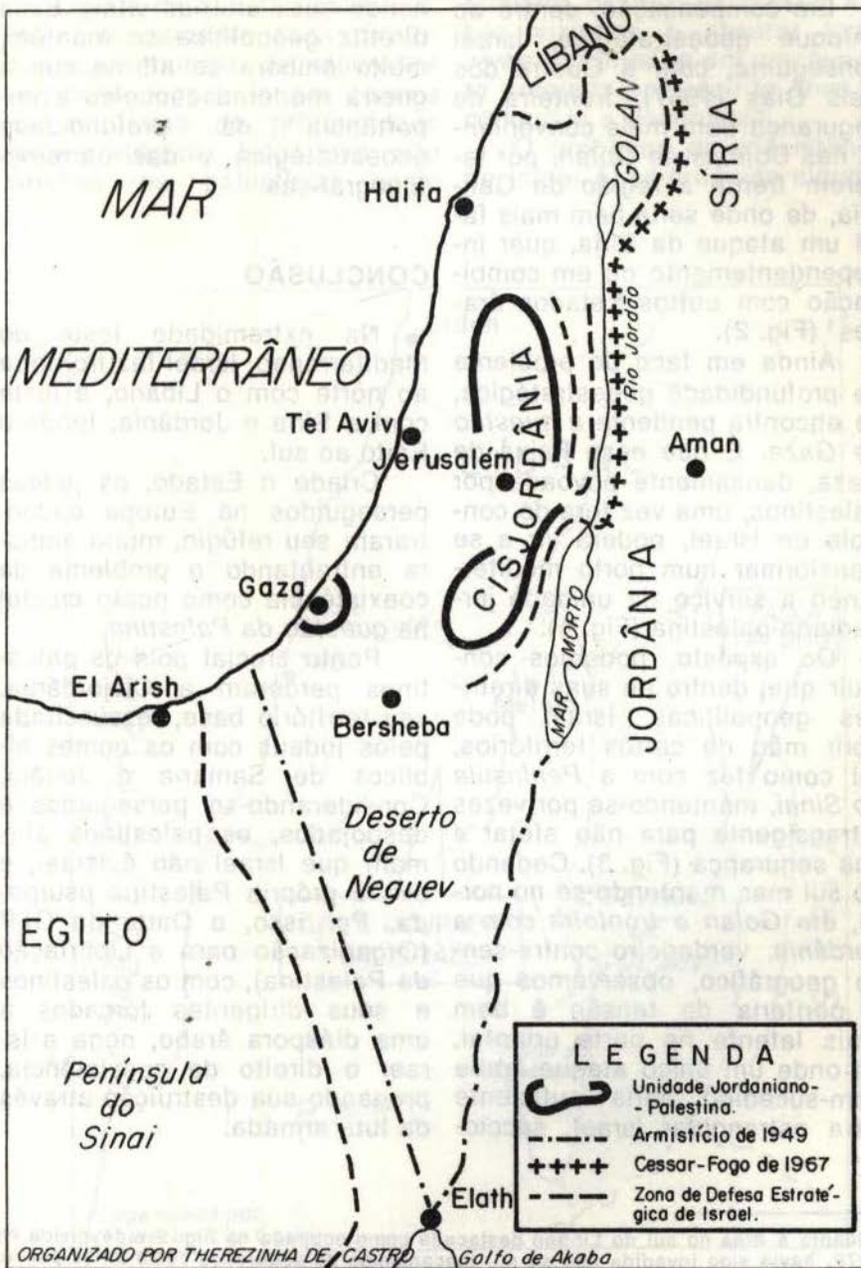


Figura 1. Israel – fronteiras defensáveis. (Organizado por Therezinha de Castro.)

Em compensação, dentro do enfoque geoestratégico, Israel conseguiria, com a Guerra dos Seis Dias (1967), fronteira de segurança bem mais conveniente nas *Colinas de Golan*, por fazerem frente à região da Galiléia, de onde seria bem mais fácil um ataque da Síria, quer independentemente ou em combinação com outros Estados árabes¹ (Fig. 2).

Ainda em face do problema de profundidade geoestratégica, se encontra pendente a *questão de Gaza*. É que essa Faixa de Gaza, densamente povoada por palestinos, uma vez fora do controle de Israel, poderá vir a se transformar num porto mediterrâneo a serviço da unidade jordaniana-palestina (Fig. 1).

Do exposto, podemos concluir que, dentro de suas diretrizes geopolíticas, Israel pode abrir mão de certos territórios, tal como fez com a *Península do Sinai*, mantendo-se por vezes intransigente para não afetar a sua segurança (Fig. 3). Cedendo no sul mas mantendo-se no norte, em *Golan e fronteira com a Jordânia*, verdadeiro contra-senso geográfico, observamos que a periferia de tensão é bem mais latente na parte oriental, de onde um único ataque árabe bem-sucedido seria suficiente para estrangular Israel, seccio-

nando suas artérias vitais. Essa diretriz geopolítica se mantém, muito embora se afirme que a guerra moderna cancelou a importância da profundidade geoestratégica e das barreiras topográficas.

CONCLUSÃO

Na extremidade leste do Mediterrâneo, Israel faz fronteira ao norte com o Líbano, a leste com a Síria e Jordânia, tendo o Egito ao sul.

Criado o Estado, os judeus perseguidos na Europa encontraram seu refúgio, muito embora enfrentando o problema da coexistência como ponto crucial na *questão da Palestina*.

Ponto crucial pois os palestinos perderam a Cisjordânia, seu território base, ressuscitada pelos judeus com os nomes bíblicos de Samaria e Judéia. Considerando-se perseguidos e despojados, os palestinos afirmam que Israel não é Israel, e sim a própria Palestina usurpada. Por isso, a Carta da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), com os palestinos e seus dirigentes forçados a uma diáspora árabe, nega a Israel o direito da coexistência, pregando sua destruição através da luta armada.

¹ Quanto à área no sul do Líbano destacada como ocupada na Fig. 2 e devolvida em 1979, havia sido invadida não só por mecanismos de segurança como ainda por razões históricas; isto porque no Congresso de Basiléia de 1897, os judeus reivindicavam a área até o rio Litani como fronteira natural para o futuro Estado.

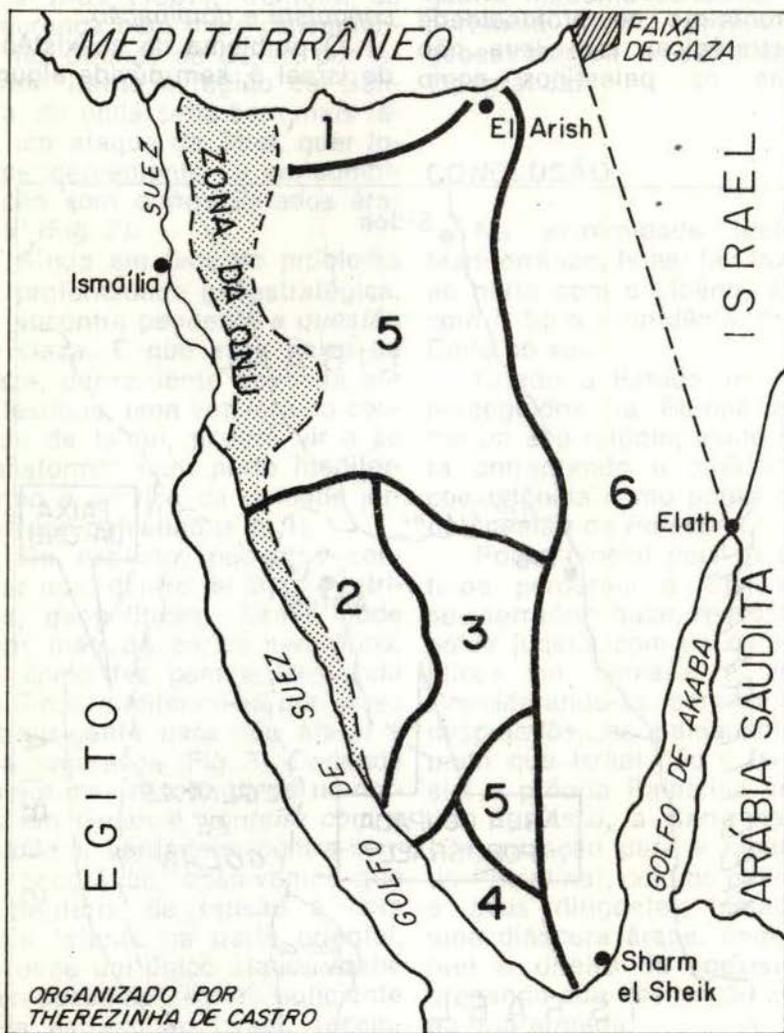
Diante da questão palestina, *Israel fundamenta suas diretrizes num conceito de segurança nacional concebido em termos de fronteiras de profundidade geoestratégica.* Isso leva não apenas os palestinos como

também os demais países árabes vizinhos a encarar *Israel* como um império em crescimento animado por espírito ativo de conquista e dominação.

O problema da coexistência de Israel é, sem dúvida alguma,



Figura 2. Fronteira norte e nordeste. (Organizado por Therezinha de Castro.)



- | | | |
|---------------|---------------|---------------------|
| 1- Em 2 meses | 3- Em 5 meses | 5- Em 9 meses |
| 2- Em 3 meses | 4- Em 7 meses | 6- Dentro de 3 anos |

Figura 3. Sinai: plano de retirada israelense. (Organizado por Therezinha de Castro.)

conseqüência do *plano inglês de fabricar fronteiras irreais na partilha da Palestina*. Essa fabricação de fronteiras já fora iniciada em 1915, quando a Inglaterra prometia a Palestina aos árabes para que lá formassem parte da futura Grande Arábia; teve continuidade em 1917, quando animava os judeus a lá construírem o seu Lar Nacional. Tecendo comentários a respeito da ambigüidade da política inglesa, o *Daily News* definia a situação: "Vendemos um cavalo que não nos pertencia a dois compradores distintos."

Depois, para contemporizar os dois "compradores", em 1919 a Inglaterra ficava com a Pales-

tina como território sob mandato. Mas... a partir de então não pôde se furtar dos confrontos entre os dois interessados; daí a Inglaterra, em 1937, propor a divisão da Palestina em três partes – uma ficaria com os árabes, a outra com os judeus, enquanto Jerusalém, Nazaré e Belém, cidades santas, que formam corredores de saída para o Mediterrâneo, seriam mantidas sob a custódia do governo de Londres (Fig. 4). Os judeus não concordaram com semelhante divisão, porque além de herdarem um Estado costeiro muito pequeno, ainda o teriam dividido em três partes pelos corredores ingleses; por sua vez, também os árabes discordaram, por não lhes satisfazer uma zona interiorizada, sem portos utilizáveis e bastante estéril.

A 30 de julho de 1946, Herbert Morrison propunha à Câmara dos Comuns dividir a Palestina em quatro zonas: uma província árabe, uma judia, o distrito de Jerusalém com administração internacional e o distrito do Neguev. O conjunto seria um único Estado, embora cada zona tivesse a sua autonomia; nesse país apartheista, o Neguev seria administrado por um governo central com influência inglesa, pois sua posição geoestratégica possibilitaria à Inglaterra a defesa de Suez.

Em 1947, a Inglaterra anunciou que se retiraria da Palestina, convidando a ONU para que resolvesse o problema. Novo plano de partilha, desta feita

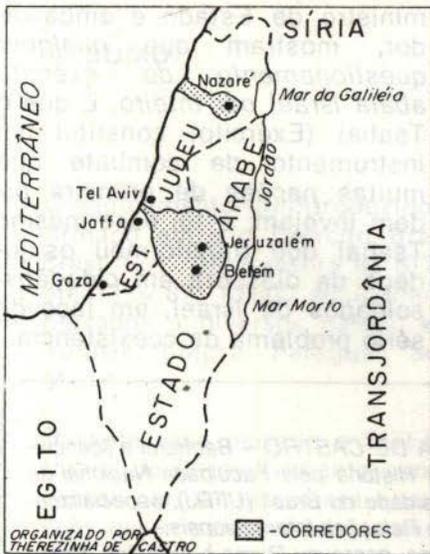


Figura 4. Divisão da Palestina – Plano Inglês (1957). (Organizado por Therezinha de Castro.)

proposto pelos Estados Unidos e Rússia, seria rechaçado pelos árabes. Pretendia-se internacionalizar Jerusalém, transformada num distrito autônomo com 870km² de área, habitado por 170.000 pessoas, das quais 106.000 judeus. A Palestina global seria, por sua vez, dividida em dois Estados: o de Israel, com 14.000km², incluindo a Galiléia Oriental, zona que ia de Haifa a Tel Aviv e do Deserto do Neguev até o Golfo de Ácaba; o árabe, com 11.500km², incluindo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

A 15 de maio de 1948, sem que as pendências fossem resolvidas, a Inglaterra se retirava da Palestina, e era criado o Estado de Israel, reconhecido pelas duas superpotências mas bloqueado pelos árabes. Eis, pois, a justificativa para que a partir de então a guerra e a diplomacia tenham seguido o seu ciclo. Negociações são paralisadas, posições endurecidas e a diplomacia congelada... e a guerra irrompe. É esse o tipo de passionalismo que circunscreve a geopolítica do Oriente Médio.

Conseqüentemente, Israel já

teria nascido em guerra, e detém hoje um poderio militar com o qual nem todos os seus vizinhos árabes reunidos podem se medir.

Em Israel, rege a *democracia militar*, o poder pertence aos eleitos, mas os generais que deixam a farda ainda jovens entram logo para a carreira política. Assim aconteceu com Moshé Dayan, que liderou a campanha contra os egípcios em 1956; Yitzchak Rabin, herói da guerra de independência em 1948, encarregado de defender os aquedutos do Neguev, participou na captura do porto de Eilat, tendo ainda ocupado o cargo de chefe de Estado-Maior na guerra árabe-israelense de 1967. Generais, depois respectivamente ministro de Estado e embaixador, mostram que *qualquer questionamento do exército abala Israel por inteiro*. É que o Tsahal (Exército) constitui um instrumento de combate que muitas nações de primeira ordem invejam; e foi esse mesmo Tsahal que transformou os judeus da diáspora em cidadãos-soldados de Israel, em face do sério problema da coexistência.



Prof.ª THEREZINHA DE CASTRO – Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ), especializou-se em Geopolítica e Relações Internacionais.

Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África – Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.